

# O impacto da Quarta Revolução Industrial na estruturação da cultura política entre os jovens do Brasil

**Marcello Baquero**  
**Ana Julia B. Bernardi**  
**Felipe B. Zorzi**

## Resumo

O século XXI trouxe a institucionalização de sociedades democráticas como um direito no plano formal, negligenciando-se os aspectos sociais mais prementes para a maioria da população. Nesse sentido, pode-se constatar uma assimetria entre procedimentos formais da democracia representativa que aparentemente funcionam e uma situação social que se mantém substancialmente estagnada. Tal é o caso do Brasil onde ainda não se constituíram as bases econômicas e pedagógicas de uma cultura política assertiva que viabilizariam uma democracia socialmente integrada. Num mundo que entra na Quarta Revolução Industrial (QRI), surge uma questão: qual o tipo de cultura política emergente e qual o papel da educação para gerar uma mentalidade democrática permanente? Embasados em dados comparativos de pesquisa survey com jovens de diferentes tipos de escola de Porto Alegre/RS, buscamos observar a interação entre atitudes de cultura política e o uso dos espaços do mundo digital. Argumentamos que, quando os avanços tecnológicos não são acompanhados por uma mudança de qualidade na educação pública, o resultado não pode ser outro senão uma turbulência democrática derivada da manutenção de uma cultura política híbrida. Se o Estado não age, os jovens desprivilegiados ficam presos à situação de sua trajetória histórica. No contexto brasileiro da QRI, a desigualdade penetra o mundo digital.

**Palavras-Chave:** Cultura política. Democracia. Educação. Tecnologia. Internet.

## I. Introdução

As adversidades as quais o Brasil atravessa no seu processo de construção democrática, nas últimas duas décadas, têm produzido um conjunto



**Direito autoral e licença de uso:** Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

de diagnósticos a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Um aspecto comum a esses estudos se refere à dificuldade de fortalecer a democracia num contexto de crescente desigualdade econômica, aumento da pobreza, concentração de renda em uma minoria e um mal-estar generalizado da população em relação à política. Está claro que os paradigmas tradicionais não são suficientes para explicar a “crise da democracia no país”. Torna-se importante, portanto, em nossa opinião, com base na institucionalização de novos contextos, avaliar porque as dificuldades do fortalecimento democrático permanecerão no futuro. Tais contextos, neste artigo, se referem especificamente a: [1] o papel da Quarta Revolução Industrial (QRI) e da sociedade de conhecimento no avanço ou na estagnação democrática, [2] a necessidade de pensar na construção de uma nova cultura política, e [3] a intervenção crucial da qualidade da educação para enfrentar esses desafios.

O objetivo geral deste artigo é o de examinar como os aspectos relacionados à Quarta Revolução Industrial se articulam com o tipo de cultura política e com a qualidade de educação e qual é o tipo de democracia que se vislumbra no futuro do Brasil. A nossa hipótese é de que as más utilizações das tecnologias geradas por esta revolução contribuem para manter uma cultura política híbrida e uma população pouco preparada, do ponto de vista da educação formal, para agir como cidadãos transformadores de uma democracia representativa para uma democracia deliberativa e participativa.

O artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte, discutimos as características da quarta revolução industrial. Na segunda parte, examinamos o processo de construção da democracia no Brasil e as características da cultura política no regime democrático. Na terceira parte, analisamos o papel da desigualdade de educação na geração de cidadãos mais participativos. A população com a qual trabalhamos é composta por jovens de ensino médio entrevistados via amostragem probabilística na pesquisa “Democracia, Mídia e Capital Social: um estudo de socialização política no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), conduzida com 876 jovens entre 13 e 24 anos na cidade de Porto Alegre/RS em 2019.

Entendemos a juventude como um grupo relevante para ser observado, pois é a partir dessa fase que passam a integrar a força de trabalho do país e transitam à maturidade do exercício da cidadania política. Portanto, interessa-nos avaliar se a educação recebida está em conformação às demandas do mercado de trabalho e da sociedade de conhecimento. Nesse sentido, entendemos que a inclusão do jovem dentro deste novo cenário de Quarta Revolução Industrial precisa ir além do mercado de trabalho, também formando competências cívicas que venham a fortalecer a deliberação no regime democrático.

## **2. A Quarta Revolução Industrial (QRI)**

Com o advento da Quarta Revolução Industrial, o mundo está testemunhando desafios que estão modificando todos os aspectos da vida das pessoas. A magnitude e a complexidade dessa revolução, caracterizada pela velocidade dos avanços tecnológicos, são radicalmente diferentes das revoluções industriais anteriores. Embora um aspecto comum nas três revoluções industriais anteriores tenha produzido impactos importantes nas economias, nas sociedades e nos negócios, a Quarta Revolução Industrial é única no que diz respeito à velocidade que novas ideias e tecnologias estão se disseminando socialmente pelo mundo (SKILTON; HOVSEPIAN, 2018). A título de exemplo, citamos as companhias e as empresas na indústria que não somente estão reconsiderando sua produção como também inovando a sua forma de fazer negócios para se manterem atualizadas e competitivas num mercado de consumidores cada vez mais dinâmico, complexo e exigente. Outro exemplo diz respeito à institucionalização do ensino escolar híbrido escola-internet catalisado pela pandemia de Covid-19, sugerindo que as formas de transmissão de conhecimento via novas tecnologias de comunicação vieram para ficar. Além disso, a própria forma de buscar informação por parte dos cidadãos sofreu profundas transformações com a disseminação das redes sociais.

Cada revolução industrial possibilitou mudanças importantes na forma e na qualidade de vida das pessoas, no tipo de trabalho desempenhado e na forma como o valor se constrói na economia; igualmente, gerou a necessidade de formar recursos humanos com habilidades tecnológicas

específicas. Desse modo, o tipo e a qualidade da educação seguem cruciais para consolidar os benefícios dos avanços tecnológicos para a população (GLEASON, 2018). Nesse sentido, tanto o governo quanto o setor privado precisam desenvolver estratégias de colaboração para requalificar a força de trabalho contemporânea que está ficando à margem do mercado do trabalho técnica e cientificamente avançado.

A Primeira Revolução Industrial produziu as máquinas a vapor que catalisaram a transição de sociedades com base na agricultura para a produção industrial. Na Segunda Revolução Industrial, o uso de combustível fóssil nas máquinas e a inovação em modelos de organização da produção que geraram o ganho de escala. A Terceira Revolução Industrial implementou o mundo digital e produziu o poder da computação e a tecnologia de informação.

A diferença da Quarta Revolução Industrial se radica em tecnologias disruptivas que geram tanto desafios a serem superados quanto oferecem grandes oportunidades para quem as compreende e domina. O desenvolvimento acelerado de tecnologias está tendo um impacto que vai além de simplesmente formar recursos humanos com novas capacidades. Na verdade, essas tecnologias estão alterando a nossa forma de viver, de trabalhar e de nos relacionar com os outros. A pandemia a qual presentemente atravessamos mostrou novas modalidades de se comunicar e conviver, independentemente de distâncias. Podemos dizer que a tecnologia está mudando o significado do termo “ser humano”.

No campo de formação de recursos humanos, as instituições de ensino de todos os níveis precisam reformular suas estruturas curriculares para preparar os estudantes com habilidades para enfrentar os desafios desta revolução industrial. Em 2018, O Fórum Econômico Mundial (WEF, 2018) identificou quatro áreas de tecnologia avançada cruciais que precisam ser incorporadas na agenda de pesquisa dos cientistas sociais. Essas tecnologias são: dados móveis onipresentes de alta velocidade, inteligência artificial, grandes bancos de dados analíticos (*big data*), e tecnologia de nuvem.

Atualmente existem plataformas digitais que oferecem formas novas e complementares para entender como habilidades específicas estão se modificando nas indústrias e em determinadas regiões. Enquanto muitos desses

avanços tecnológicos se limitam ou insulam em populações específicas de inovadores habilitados, portanto difíceis de comparar e contrastar, quando combinadas com fontes tradicionais qualitativas de dados, podem ajudar tanto as indústrias, como os formuladores de políticas públicas e os trabalhadores do ramo a terem uma capacidade analítica maior a respeito do presente e do futuro do trabalho, e, assim, a adotar estratégias mais apropriadas de negócios e gerenciamento mais eficientes de políticas públicas que capacitem os cidadãos para navegar e integrar esse novo contexto.

O bom gerenciamento desses avanços tecnológicos poderá ser decisivo para a estruturação de um mercado de trabalho justo, uma qualidade de vida digna e, no campo político, para a constituição de uma cultura política assertiva que conecte a autoridade das decisões políticas com as transformações do contexto econômico. Porém, se gerenciados deficientemente pelo poder público, a distância entre pobres e ricos aumentará em virtude das habilidades adquiridas em tempo útil se concentrarem somente naqueles que possuem recursos financeiros para aprender como manipular essas tecnologias. Tal situação produzirá uma condição já conhecida de desigualdade e polarização nas estruturas do conhecimento (HARGITTAI; HSIEH, 2013).

Presentemente os benefícios culturais e econômicos da QRI que materializou a Sociedade de Conhecimento têm sido pouco auspiciosos, quando comparados com os de países mais avançados. Seus efeitos positivos estão circunscritos às vanguardas de produção e que geram poucos empregos. A maior parte da população na sociedade de conhecimento fica excluída dos benefícios da QRI na medida em que as tecnologias disruptivas como a robótica e a inteligência artificial, as quais, apesar de ampliarem a capacidade produtiva de bem-estar, pouco têm contribuído para melhorar a qualidade de vida no dia a dia da maioria dos brasileiros; ademais, seu efeito em produzir cidadãos críticos e participativos numa cultura política assertiva não tem ocorrido. Desse modo, embora as oportunidades para tornar a participação dos cidadãos na sociedade de conhecimento um valor universal, a realidade mostra que essa participação e seus benefícios estão circunscritos a poucos grupos.

Assim, presentemente assistimos:

1. À estagnação da produtividade na medida em que os métodos da QRI não transbordam para as pequenas empresas;
2. Ao aumento da desigualdade e da pobreza como resultado do distanciamento entre sociedades que desfrutaram dos benefícios de novas tecnologias e o restante que ainda luta para manter níveis mínimos de dignidade humana, econômica e política;
3. Ao desafeto generalizado da população com as instituições políticas e com os políticos;
4. A uma queda perigosa na qualidade de ensino; e,
5. À constituição de uma cultura política anômica, indiferente e passiva.

Para que os benefícios da QRI e da sociedade de conhecimento produzam uma economia do conhecimento inclusivo, é crucial abrir as oportunidades para uma maior e melhor participação protagonizada pelos cidadãos; em outras palavras, é necessário promover um processo de democratização do conhecimento reformando as estruturas educativas e apoiando a inovação, empoderando a sociedade civil e construindo uma cultura política assertiva.

O Brasil comparativamente está longe de estabelecer uma prosperidade sustentada e uma cultura assertiva num sentido amplo (BAQUERO, 2018). Por essa razão, torna-se urgente avaliar os efeitos socioeconômicos das transformações tecnológicas advindas da QRI. Tais elementos criam oportunidades e desafios para o futuro do trabalho, do emprego e da produtividade. Reformas na educação, sobretudo em relação à sua qualidade, que preparem as novas gerações para o futuro, são essenciais via treinamento libertador e técnico de tal forma a preparar recursos humanos que lidem com as evoluções tecnológicas da QRI.

Em suma, o uso de tecnologias disruptivas – tais como: inteligência artificial e o uso de grandes bancos de dados, *blockchains*, automação e robótica, digitalização do trabalho, internet das coisas, realidade virtual e simulações – está em franco crescimento. Embora o potencial impacto

positivo dessas tecnologias seja elevado, as formas práticas como elas podem gerar disrupções positivas em países como o Brasil ainda não é algo plenamente conhecido. Nesse contexto, pontos relevantes de intervenção incluem maiores oportunidades para se requalificar e aumentar as habilidades da força de trabalho existente, aumentar a infraestrutura física e técnica para alimentar a Quarta Revolução Industrial, mudanças na estrutura curricular, treinamento futuro e a reinvenção de treinamento vocacional, ao mesmo tempo em que se qualifica a população fora da idade escolar para ir além das ocupações tradicionais.

Desse modo, nas próximas décadas, as tecnologias desta revolução transformarão os fundamentos da estrutura da economia mundial, das comunidades e das identidades humanas. Tais transformações sinalizam as responsabilidades que as sociedades contemporâneas terão que enfrentar e, sobretudo, o papel do cientista social na compreensão e sua intervenção na direção dessas mudanças. Acreditamos que temos uma responsabilidade como reprodutores de conhecimento em construir sistemas institucionais e empoderar culturas políticas que assegurem um equilíbrio entre riscos e benefícios compatíveis com valores humanos éticos e justos e com propósitos que visem a beneficiar todos os cidadãos.

Desse modo, uma questão fundamental a ser explorada é: de que forma a Quarta Revolução Industrial afeta a cultura política e, portanto, os padrões de funcionamento do processo democrático no Brasil? Redistribuir de maneira justa os benefícios da sociedade de conhecimento requer, além da racionalidade econômica, um processo de mudança dos arranjos institucionais que organizam a atividade econômica bem como uma nova dinâmica de constituição de uma cultura política participativa.

### **3. Cultura política: a democracia em construção**

A relação entre transformação econômica e democracia política está entre os mais debatidos tópicos da história do pensamento humano. Na década de 1940, Schumpeter (2010) abriu as portas para uma nova compreensão dessa relação. Duas grandes ideias interdependentes derivam de sua obra: inovação econômica como processo de destruição criativa das organizações produtivas e democracia como um sistema de competição

política de indivíduos e grupos culturais pela legitimidade na liderança e na autoridade de construir a transformação das instituições da sociedade para lidar com essas flutuações econômicas.

A primeira ideia é de que as atividades econômicas evoluem através das inovações ideacionais sobre o conhecimento produtivo do passado que geram saltos qualitativos radicais na forma presente da organização econômica. A economia não é estática, mas, sim, um processo dinâmico composto por uma simbiose entre seus participantes, isto é, o bem-estar de uma pessoa depende do trabalho de outras pessoas num mesmo sistema colaborativo cuja forma se transforma no tempo. A cada grande salto tecnológico que uma economia produz, ocorre uma “destruição criativa”: grupos inovadores produzem reorganizações radicais na forma de tecnologias, máquinas, técnicas de produção, produtos que, por serem mais eficientes, revolucionam a produção de bem-estar e destroem formas anteriores de organização produtiva.

A segunda ideia é de que esses saltos qualitativos inevitavelmente reciclam as contradições econômicas herdadas como desafios construtivos para a organização coletiva que forma a esfera da política. Com a destruição das formas econômicas anteriores, pessoas cujas identidades produtivas estavam socializadas nas estruturas obsoletas se defrontam com uma competição que não podem vencer sem a intervenção das decisões do poder político que as enculturem pedagogicamente nessas novas formas de sociabilidades e corrijam desequilíbrios de natureza existencial. A política também é uma arena de construção institucional tanto como a economia, mas cuja função é reconstruir a ordem social frente aos constantes ciclos de transformação do conhecimento e da produção econômica, portanto, de avaliação e reavaliação dos efeitos das inovações sobre a integração coletiva da sociedade.

Dessa forma, a política vira uma arena de conflito de grupos sociais organizados pelo poder de tomar decisões sobre as alocações de recursos através de políticas públicas frente às diversas demandas e necessidades sociais (EASTON, 1965). É uma esfera de reorganização dos conflitos da sociedade e de disputas pelo controle sobre as regras do jogo em contextos que evoluem temporalmente. Ou melhor: do ponto de vista das destruições



criativas, a política é a arena que realiza as “inovações institucionais” necessárias para ordenar e reordenar as concentrações de poder de decisão que as revoluções tecnológicas criam para um grupo e destroem para outros grupos. Nas margens das sociedades, conflitos distributivos acumulam-se até que as contradições existenciais sejam insustentáveis e o sistema social apresente instabilidade, polarização, radicalização e alienação.

Dito isso, percebe-se que a democracia é um sistema de definição da autoridade sociais pela atenção dos indivíduos cooperativos numa construção de valores coletivos. A democracia é um processo dinâmico de seleção de ideias sobre as instituições da sociedade, cuja função é sintonizar indivíduos em novos objetivos compartilhados a partir da comunicação social e da persuasão política (HABERMAS, 2017). A democracia torna-se um método de comunicação que move a opinião pública, é uma instituição acordada de competição dos grupos políticos relevantes ou regra institucional que serve como método, técnica ou ferramenta no processo de seleção de pessoas que são como empreendedores da palavra que portam mensagens para a construção institucional que determina outras arenas como a economia e a educação. Logo, a existência da democracia se afirma na continuidade, apesar das diferenças valorativas, do processo de seleção de cidadãos participativos para cargos eletivos que, lá chegando, reorientam a sociedade ao transformarem mensagem em instituições.

Se a democracia institucional é um método, a igualdade de participação cidadã pode virar um ideal normativo a ser buscado pela intencionalidade política. Daí que, se o que faz a democracia é o método, a recorrência ininterrupta do método possibilita as decisões que integrem e enculturem os indivíduos historicamente marginalizados no próprio processo político participativo. Nesse processo, a dimensão institucional e competitiva acaba inevitavelmente dando luz a uma segunda dimensão participativa e cooperativa (DAHL, 2008). É na dimensão da participação política e nas atitudes e nos valores, os quais se manifestam na forma de uma cultura política e de uma opinião pública, que a interação histórica entre democracia formal e as contradições econômicas e educacionais das destruições criativas da história irão se manifestar para legitimar ciclicamente o processo.

Nessa democracia que atualmente se constitui no único jogo político nas sociedades ocidentais contemporâneas, o conceito de legitimidade é central para se compreender por que algumas democracias prosperam enquanto outras entram num processo de crise institucional quando defrontadas por desafios complexos (MANSBRIDGE, 2018). Legitimidade se refere à eficiência de um regime político e seus representantes perante a sociedade, uma vez que representa um julgamento comunicativo das pessoas sobre o que elas entendem por autoridade e quem elas consideram estar habilitado por direito a exercê-la. A legitimidade é um processo que depende da forma como os representantes eleitos e os partidos políticos se comunicam com a sociedade e geram resultados tanto em tempos de bonança quanto em épocas de crises. Principalmente em épocas de crises, se um governo incumbente goza de legitimidade não meramente formal ou jurídica, apesar das eventuais turbulências, Estado e sociedade trabalham cooperativamente para a superação dos tempos difíceis. Se, no entanto, a legitimidade social não foi construída e permanece ausente, todo o sistema político e suas lideranças estabelecidas correm o risco de colapsar.

É nesse cenário que a cultura política influencia a legitimidade dos regimes, pois estrutura a compreensão do que é justo e aceitável e do que não é, e, em outras palavras, formata o realismo normativo. Esse realismo é normativo na medida em que, mesmo sendo difícil para os cidadãos quantificar imperativos necessários para a vida coletiva sobre o sistema político, sabe-se que, na política, assim como em outros domínios da vida, as pessoas buscam razões para selecionar uma alternativa sobre outras quando enfrentam um momento difícil. Esse processo de escolha é parcialmente tributário da cultura política na qual a pessoa existe e de um mundo que herdamos; porém, somos ainda capazes de construir os mundos que imaginamos através da persuasão, da comunicação e da pedagogia que sintoniza as mentes em uma nova direção.

Por certo tempo, no mundo acadêmico, o conceito de “cultura” foi posto em lugar secundário ou negligenciado como campo de estudo com base no argumento de que se trataria de uma ideia abstrata e universal pouco relevante para o dia a dia da política institucional e da disputa de interesses. Por outro lado, também se argumentava que a tradição cultural

seria capaz de subordinar até o impulso e a lógica do interesse pessoal às tradições. Essa contradição permanece na literatura. Acreditamos que nenhum desses extremos se justifica teórica ou empiricamente, principalmente quando se trata da relação entre política, economia e educação.

A cultura foi originariamente definida como o conjunto de “orientações psicológicas em relação aos objetos sociais”. Desse modo, a cultura política se refere a “[...] conhecimento, sentimentos e avaliações em relação ao sistema político internalizadas pela população de uma sociedade” (ALMOND; VERBA, 1965, p. 13-14). O processo de socialização política e seus agentes socializadores micro-sistêmico (pessoas e processos intersubjetivos de comunicação on-line ou off-line), e de enculturação política das mentes através das instituições pedagógicas organizadas e coletivas (do Estado ou da iniciativa privada) são dispositivos teóricos fundamentais para compreender como as pessoas veem e decodificam o mundo político e seus representantes. O conceito de cultura política passou por várias redefinições e críticas; no entanto, continua a ser um aspecto central o pressuposto de que os atores políticos precisam transitar intersubjetivamente entre seu mundo interno e externo. Em outras palavras, cada cidadão opera numa rede de relações sociais que o situa enquanto agente cultural dos diversos papéis da economia e da função supraeconômica, que é a definição política das instituições sociais que organizam a economia.

A cultura política se refere, portanto, aos padrões de conhecimento e politização internalizados pelo *demos* que, no fluxo democrático, combina-se com a mensagem política e os objetivos manifestos das lideranças políticas para determinar quem assume o poder e quem está legitimado para exercê-lo por meio do sufrágio. Nesse sentido, o tipo e a forma como uma cultura política se estrutura na história condicionam para onde a democracia se encaminha e quem controla o poder de decisão. Nesse contexto, a inter-relação entre normas, práticas e processos – tanto formais quanto informais – para eleger, aceitar, manter ou excluir um processo político se relaciona diretamente com as orientações, as crenças e os comportamentos distribuídos socialmente no *demos* que são a base de compreensão para que se realize a prática deliberativa e participativa da democracia no momento presente. Nesse universo, a questão óbvia é: como os atores políticos

negociam a complexidade dos imperativos políticos, ou dos valores que devem se realizar pela democracia.

Os adeptos do institucionalismo argumentariam que são as instituições as responsáveis pelo desenho e pela aplicação de normas e regras que determinam a boa convivência social entre cidadãos, por meio de um processo de pesos e contrapesos que regulam e garantem uma convivência justa e civilizada entre as pessoas e entre a sociedade e o Estado. O que cabe ressaltar neste ponto é o fato de que as instituições derivam da escolha dos atores políticos ativos em relação ao tipo de regras consideradas as mais adequadas para alcançar essa convivência pacífica e harmônica entre os membros de uma população e deles com o Estado e seus processos. Porém, quais indivíduos podem ser ativos no processo de decisão? Uma resposta que se popularizou na história argumenta que “os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem” (THUCYDIDES, V a.C, *apud* FINLEY, 1942, p. 358).

Tal reflexão aponta, na nossa opinião, para a necessidade de avaliar, do ponto de vista da ciência política, como as instituições e suas mudanças se relacionam com as formas de identidades compartilhadas que se formam no processo de enculturação política. É necessário, portanto, ir além de receitas ideais e observar atentamente a realidade atitudinal e comportamental de uma população. Hirshman (1991, p. 166) argumentava que enquanto os modelos teóricos possam ignorar a “[...] ganância, o ódio e a inveja, bem como a moralidade, na prática cotidiana” essas características “não estão ausentes no mundo”. Portanto, nos resultados dissonantes da pedagogia que o Estado oferece para a base e para o topo da pirâmide econômica, podemos visualizar a intencionalidade política das elites estabelecidas.

Nas sociedades humanas, tudo passa por aprendizado cultural e pedagogia. Ser cultural significa que o indivíduo humano constrói sua visão de mundo pela necessidade de se equilibrar num grupo social e num ambiente em contínua evolução ou transformação (PIAGET, 1971). Essa construção da mente é sempre situada e resulta das interações comunicativas com outros indivíduos e organizações ao seu redor (VYGOTSKY, 1978). Durante o desenvolvimento humano, portanto, jovens se comunicam com

adultos ao seu redor que se encontram em sua família, na igreja, no bairro, na mídia, no trabalho. Do ponto de vista da agenda das instituições políticas e das políticas públicas, há um instrumento macrossistêmico de enculturação dos jovens para a vida social que conhecemos como sistema de educação, formado por escolas e universidades. No processo histórico de constituição da democracia, as escolas públicas são as organizações com a função de intervir no processo de integração cultural para libertar a próxima geração dos condicionamentos de sua história que as mantêm alienadas de acessar o poder político (FREIRE, 2020). A educação é um instrumento fundamental na transformação da cultura política da alienação e da lealdade para a cultura política assertiva, que está atenta aos jogos institucionais e que demanda responsividade de seus representantes (DALTON; WELZEL, 2014). As decisões políticas sobre as políticas educacionais, portanto, são um instrumento poderoso na mão de grupos conservadores, reacionários ou incompetentes quando o processo de integração do povo às instituições democráticas é deficitário.

Portanto, a realidade prática da marginalização política e das necessidades existenciais dos desfavorecidos inevitavelmente se manifestará nas novas democracias representativas, apesar do método, e o próprio método democrático dará luz a ela na trajetória histórica. A condição intersubjetiva e deliberativa da democracia irá emergir como em todos os processos de construção social. Sociedades desiguais, uma vez que escolhem e constroem as instituições democráticas, decidem expor ao espaço comunicativo de deliberação pública as contradições de sua história, as quais precisam ser solucionadas para que a sociedade encontre estabilidade.

Numa democracia emergente, as instituições democráticas serão construídas ao longo do tempo, mas seus cidadãos carregam consigo a história de seu passado. Em sociedades com passados de colonização, escravidão e autoritarismo, a alienação política é uma herança do sistema social que define quem consegue e quem não consegue ter voz nas decisões políticas. Os cidadãos marginalizados são os que carregam a violência histórica enculturada em seus corpos, determinada tanto pelas necessidades existenciais que se reproduzem em cansaço e desespero quanto por suas comunicações intersubjetivas e suas experiências pedagógicas que se reproduzem como

desempoderamento relativo. A elite tem recursos e educação de qualidade; as bases não têm nem um nem outro. A partir do momento em que essa herança se defronta com radicais transformações no conhecimento tecnológico que determina tanto a produção econômica quanto as formas de sociabilidade, gera-se ainda mais pressão sobre o aprendizado cultural da democracia, dos atores organizados e desorganizados, das ideologias e dos projetos estratégicos. Num mundo cuja complexidade se transforma rapidamente e que chega na sua Quarta Revolução Industrial, as contradições históricas da democracia institucional se acumularão ao contexto de destruição criativa dos grandes bancos de dados, das comunicações instantâneas, da inteligência artificial e da qualidade da educação.

#### **4. Educação, internet, *fake news* no Brasil**

No caso particular do Brasil, a democracia tem sido almejada em termos ideais, uma vez que se parte do pressuposto de haver uma democracia republicana nacional, de mercado e de corte ocidental e liberal. Concebida a democracia como os clássicos iluministas europeus, imaginou-se que, quanto mais democrático fosse o país, mais justo seria, e, quanto mais justo, mais democrático. A democracia traria à superfície uma vontade geral, livre e igualitária (ROUSSEAU, 2010). Na realidade, isso não se concretiza automaticamente. Achen e Bartels (2017) chamam esse ideal de “teoria folclórica da democracia”, uma democracia com indivíduos racionais e sem compartilhamento de identidades culturais que se constroem nos fluxos descontínuos das mudanças históricas. Na prática, a persistência da desigualdade social e das identidades marginalizadas se reproduz em sua economia capitalista tardia diante da forte competição neoliberal de economias tecnologicamente avançadas. Essa realidade demonstra que as inovações democráticas como eleições, partidos, congresso, uma vez que são meras formas institucionais e métodos de seleção de forças políticas, nem sempre promovem a igualdade social e evitam o conflito de valores políticos. Política é uma arte, é qualitativa, é definida pelo significado compartilhado em movimentos sociais; portanto, ela não evolui necessariamente sem a presença de projetos políticos inovadores, ideologias e projetos que reorientem o desenvolvimento do futuro compartilhado de

uma coletividade através da geração de bem-estar existencial e de empoderamento pedagógico.

Na realidade prática, do ponto de vista da população, a ausência da iniciativa política pela elite do *establishment* institucional na construção de uma boa vida tem reproduzido um fracasso de integração social que combina o sentimento de desespero com um regresso acrítico aos discursos reacionários que atribuem ao Brasil uma inata vocação de instabilidade social (pensamento “vira-lata”). Assim, o país continua a ser um dos mais desiguais do mundo, pelas disparidades dramáticas não só nas rendas e propriedades privadas mas também no acesso disfuncional a bens elementares, como: educação pública de qualidade, saúde, energia e tecnologias de telecomunicação. O sistema democrático e seus representantes eleitos parecem não agir ativamente pelo desenvolvimento social de seu próprio país e pela justiça e dignidade de seus cidadãos.

Nessas condições contextuais, a cultura política de uma democracia institucional emergente, de maneira geral, pode ser caracterizada como híbrida, pois permanece situada entre democracia e autoritarismo dado que há um empoderamento deficitário do *demos* que contrasta com recorrentes pressões egoístas daqueles poucos poderosos que são escutados diretamente pelas autoridades do Estado. Ela é caracterizada pela capacidade das elites de se apropriarem paulatinamente de importantes recursos estatais criando oligopólios privados da vida política, ainda quando existe uma oposição e instituições democráticas desenvolvidas, em um contexto de pluralismo débil, cuja participação é exercida principalmente mediante o voto a cada dois ou quatro anos. As elites com frequência se insulam institucionalmente da sociedade e se cristalizam no poder. Tal situação se aprofundou ainda mais com o atual governo de Jair Bolsonaro, que produziu uma polarização política nunca antes vista no Brasil.

A desigualdade social e econômica aumentou apesar da continuidade da democracia em termos formais. Adiciona-se à ineficiência do governo em resolver os problemas sociais, a rápida expansão das tecnologias de informação e catástrofes humanitárias como a pandemia que assola o país. Nesse sentido, a falta de atenção à dimensão social resultou na institucionalização de uma participação democrática que não avança, mantém-se

débil, corroendo subsequentemente a legitimidade de suas lideranças e produzindo uma crise política permanente. Apesar de não haver rompimento com o método institucional, o próprio método não parece gerar resultados para as necessidades da população. Essa crise afetou tanto o governo de esquerda quanto o de direita. Nas eleições de 2018, produziu um fenômeno que paradoxalmente poderia ser chamado de um giro à “extrema direita conservadora”. Essa realidade não é uma deficiência da forma da democracia, mas da fraqueza de suas lideranças para orientar a alocação de valores, projetos e visões de mundo que legitimem uma confiança social no sistema político frente à hostilidade do sistema do mundo neoliberal – o qual, com sua competição violenta, destrói constantemente as formas de socialização estruturadas pela história de cada população específica.

Nessa perspectiva de desigualdade e alienação do poder, as tecnologias de informação da Quarta Revolução Industrial têm um efeito negativo por meio da propagação das chamadas *fake news*. Como herança do abandono político das massas marginalizadas e sem o necessário aprendizado cultural para filtrar o falso do correto, a mentira da evidência, o resultado tem sido a institucionalização da polarização ideológica rasa e o discurso do ódio pela negação do outro. Tal situação tem mantido uma cidadania de baixa intensidade derivada da reprodução da pobreza, de disparidades extremas na distribuição de renda e outras formas de discriminação que materializam relações sociais hierárquicas. Sem um processo pedagógico que prepare os cidadãos para utilizar o conhecimento para almejar uma realidade melhor, manipula-se a ingenuidade ideológica em direção às soluções simplistas.

Ainda assim, a juventude não está completamente alheia a essas transformações na política. E, até por estar muito tempo conectada, percebe o aumento da disseminação de notícias falsas sobre política. Dentre os jovens entrevistados pelo NUPESAL (2019), 98,1% concordam que houve um aumento na divulgação de *fake news* no país. Ao mesmo tempo, eles relatam que têm conhecimento da existência de notícias falsas nas redes sociais (87,9% no Facebook; 83,5% no WhatsApp; 64,7% no Instagram), e nas mídias tradicionais (66,2% na televisão; 58,1% em jornais e revistas; 31,6% no rádio). Tais percentagens indicam que os jovens percebem a existência de notícias falsas como algo crescente e derivado de interesses



políticos, mas não mostram clareza sobre o que constitui uma notícia falsa ou como lidar com a infodemia no novo paradigma comunicacional.

Nesse sentido, por mais que essa nova geração esteja amplamente habituada a navegar em redes sociais e operar novas tecnologias, sendo comumente chamada de “nativos digitais” (PRENSKY, 2005), não necessariamente está dotada do conhecimento necessário para interpretar as informações disponíveis de forma autônoma e crítica, discernindo informações corretas e fatos verificáveis de opiniões e manipulações políticas. Isso posto, observa-se que as escolas, por mais centrais que sejam como agentes organizados de formação política, estão falhando em incorporar novas formas de aprendizagem que discutam o ambiente comunicacional de forma assertiva e preparem os jovens para exercício da cidadania de forma construtiva, especialmente no contexto de pós-verdade e de aumento de disseminação de desinformação.

Tal situação aponta para a relevância de analisar não só a educação mas também a qualidade da educação para construir de uma democracia inclusiva e participante, dentro dos pressupostos da sociedade do conhecimento que vêm se formando, a partir da Quarta Revolução Industrial. A desvalorização de educação no Brasil, sobretudo da educação pública estadual e municipal, a qual abarca a maioria da juventude periférica e marginalizada, tem ampliado a desigualdade frente às juventudes da elite cujos recursos permitem acesso às transformações do mundo e das escolas federais e dos institutos federais de tecnologia criados recentemente como ilhas de excelência ainda insuladas e não universalizadas.

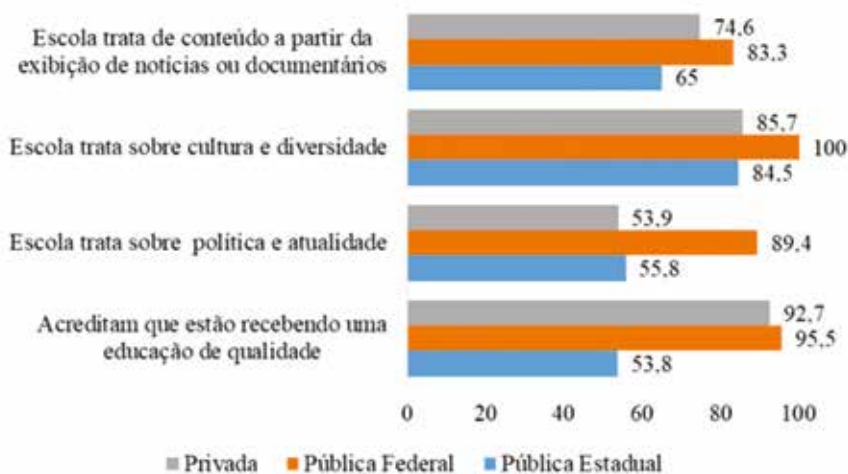
Ao tratar da juventude no Brasil, na verdade estamos tratando de diferentes juventudes que, sob o signo da desigualdade social, vivem realidades completamente distintas. Toda a forma de direitos humanos básicos prevista pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), como de acesso à saúde, moradia, infância, e a soma dessas desigualdades se refletem no acesso à educação. Contudo, esse acesso também se dá de forma desigual, uma vez que existem grandes divergências entre as diferentes redes públicas (municipal, estadual e federal), e sobretudo entre a rede pública e privada de educação. A educação, assim como a maior parte dos direitos humanos no país, construiu-se como um privilégio das classes altas e médias da

sociedade brasileira, somente tornando-se atribuição do Estado a partir da CF/88. No entanto, ao passo que houve a expansão do acesso educacional às camadas marginalizadas, os alunos das classes mais altas passaram a migrar para a rede privada de ensino, de forma que o ensino público passou, desde então, a ser associado como uma “escola para os pobres”, de qualidade inferior àquela da rede de ensino particular (DAYRREL, 2007).

A divisão social dos jovens entre escolas públicas e privadas também se mostra clara. Enquanto na escola privada quase metade dos alunos afirma ter renda média familiar de mais de “5 salários-mínimos” (49,2%) se autoidentificando majoritariamente como classe média (45,3%), a maior parte dos alunos da rede pública estadual está na faixa de “1 a 2 salários-mínimos” (3 o principalmente como classe média baixa em 42,8% e 55,2%, respectivamente. Não obstante, a percepção dos jovens sobre a qualidade da educação que recebem reflete a leitura histórica de descaso com a rede pública, sobretudo a estadual. Enquanto no instituto federal e nas escolas privadas quase a totalidade dos jovens acredita estar recebendo uma educação de qualidade (95,5% e 92,7% respectivamente), na grande categoria de escola pública estadual este número é de apenas 53,8%, e os motivos apontados são majoritariamente a falta de professores e falta de infraestrutura escolar (NUPESAL, 2019)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Todas essas porcentagens citadas encontraram significância no cruzamento das variáveis com tipo de escola na pesquisa NUPESAL de 2019, com qui-quadrado = 0,000.



*Qui quadrado < 0,01 (para todas as variáveis), N = 848*

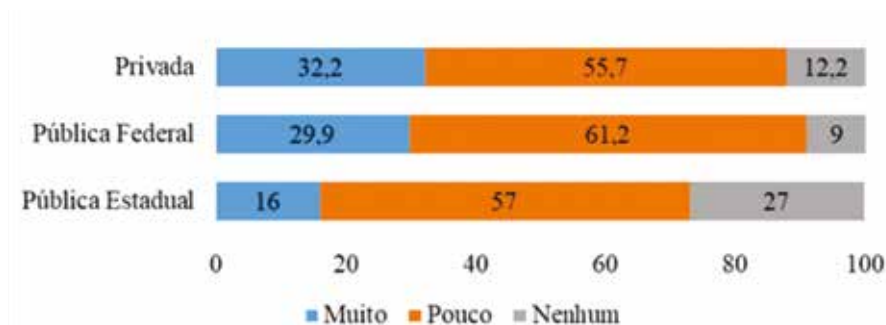
**Gráfico 1 – Qualidade educacional e discussão crítica (% “sim”)**

*Fonte: NUPESAL (2019).*

Em um mundo que passa a ser pautado pelo conhecimento e pela inovação em alta velocidade, essa desigualdade educacional tende a se reproduzir em diferentes níveis, sobretudo no engajamento cívico e na adoção de valores democráticos. O Gráfico 1 aponta algumas questões acerca da educação crítica e de sua integração ao conteúdo programático nas escolas. Destarte, observa-se a predominância de discussão crítica, utilização de diferentes métodos de mídia e debates sobre política ocorrendo de forma mais ampla nas escolas federais e privadas do que nas escolas públicas estaduais – em consonância com a percepção dos alunos de estarem recebendo, ou não, uma educação de qualidade.

Embora a informação esteja cada vez mais acessível, devido ao avanço da internet, a avaliação crítica das informações segue posicionando as escolas como entes socializadores altamente relevantes, uma vez que elas são responsáveis por prover os meios de interpretação das múltiplas informações que são expostas no ambiente on-line, dando sentido e direção ao interesse dos alunos por temas políticos. Logo, compreende-se que a

desigualdade na qualidade da educação no país ainda é uma questão a ser resolvida, que incide diretamente na formação cidadã e na preparação para o mercado de trabalho desses jovens. A inclusão de pautas políticas no dia a dia dos educandos, bem como a discussão sobre os diferentes tipos de mídia que são acessadas, é uma importante pauta para definir o interesse dos jovens em compreender o universo político, podendo ser uma determinante da sua adesão participativa e defesa do regime democrático.

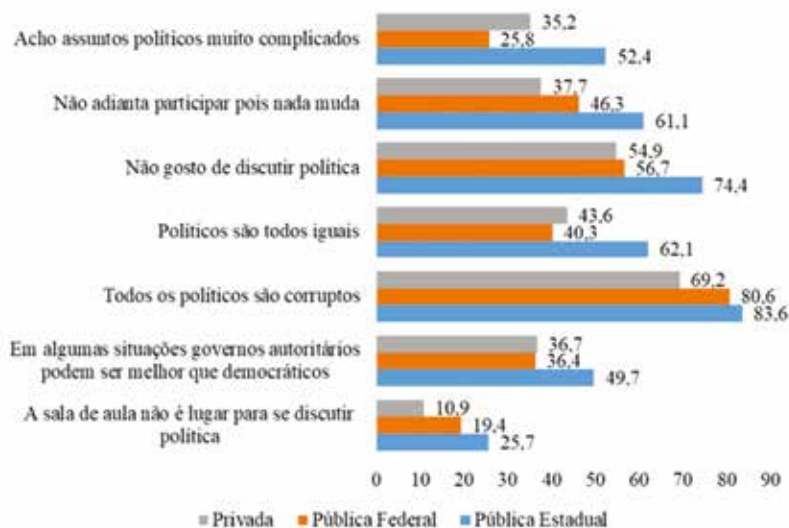


Qui-quadrado: 0,000,  $N = 848$

**Gráfico 2 – Interesse por política (%)**

Fonte: NUPESAL (2019).

Nesse sentido, no que tange ao interesse por política (Gráfico 2), observa-se que os alunos de escola privada e os de instituto federal demonstram um interesse superior às pautas políticas se comparados a alunos de escolas públicas estaduais. As taxas dos alunos que apontam muito interesse são de 32,2% e 29,9% nessas duas primeiras, enquanto na terceira chegam apenas a 16%. Não somente o entusiasmo em acompanhar a política, mas também a negação dela se mostra contrastante. Enquanto 27% dos alunos de escola pública estadual apontam ter “nenhum interesse” em política, este número fica em 12,2% nas escolas privadas e em 9% na escola federal. A falta de interesse por política tende a afastar os jovens da participação política e cívica, tornando-os mais alienados, apáticos e menos participativos politicamente.



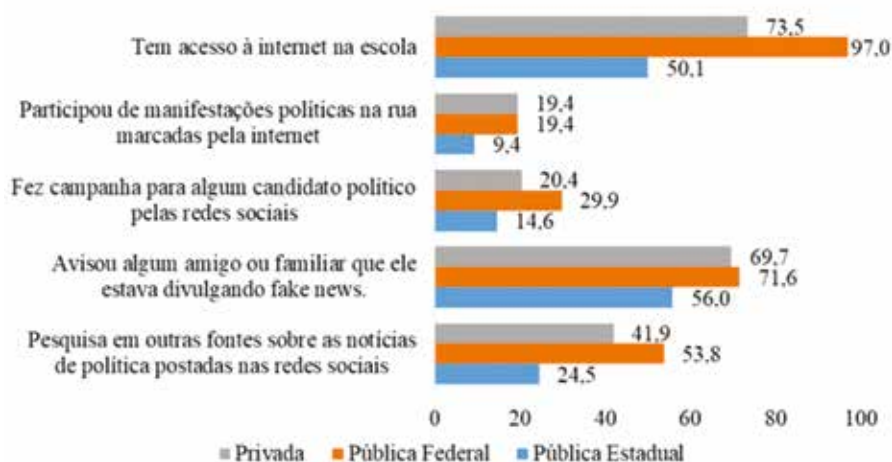
*Qui-quadrado < 0,01 (para todas as variáveis), N = 848*

### **Gráfico 3 – Concordância com as afirmações, por tipo de escola (%)**

*Fonte: NUPESAL (2019).*

A diferença de interesse por política também se repete em outras variáveis na reprodução de comportamentos apolíticos e no entendimento de que a política é um assunto complicado (35,2% nas privadas; 25,8% nas federais; 52,4% nas estaduais) e que deve ser evitado, pois tende a causar incômodo em determinados círculos, uma opinião que é compartilhada em larga parte pelos respondentes da pesquisa (Gráfico 3, a seguir), mas ainda maior entre os alunos de escola pública estadual, que igualmente afirmam em maior número não gostarem de discutir política (74,4% frente a 54,9%; 56,7% das outras categorias). Novamente, a falta de resultados por parte das instituições públicas populares em responder às questões sociais também aumenta a percepção de que “não adianta participar da política, pois nada muda”, e esta é aumentada nas classes de menor poder aquisitivo e que frequentam escolas de qualidade inferior – nas escolas privadas e federais, essa porcentagem é de 37,7% e 46,3%, enquanto nas escolas públicas estaduais chega a 61,1% (Gráfico 3). Nesse sentido, no geral, as escolas públicas falham comparativamente em enculturar as massas de jovens das classes mais baixas num processo democrático assertivo.

Igualmente, observa-se essa distribuição de menor afeição política pelos alunos de escola pública estadual (esses que têm menor renda, e menor qualidade educacional) em diferentes esferas da prática cívica, seja no cinismo em relação aos políticos (83,6% destes afirmam que todos os políticos são corruptos e 62,1% afirmam que políticos são todos iguais), como na desilusão quanto à democracia, ao passo que se mostram menos resistentes à existência de governos autoritários em determinadas situações (49,7% frente a 36,4%; 36,7% das outras categorias). Esse grupo de alunos também tem maior oposição à discussão política na escola, entendendo que a sala de aula não é lugar para essa temática (25,7% em comparação com 10,9% nas privadas; 19,4% nas públicas federais). Portanto, em todas as variáveis apresentadas no Gráfico 3, há diferenças negativas em atitudes políticas dos alunos da base econômica que frequenta escolas públicas estaduais quando comparados com os filhos da elite que vão às escolas privadas e aos poucos jovens que encontram vagas em institutos federais.



*Qui-quadrado < 0,01 (para todas as variáveis), N = 848*

**Gráfico 4 – Mundo Digital, Fake News e Redes Sociais**  
(% de respostas “sim”)

*Fonte: NUPESAL (2019).*

Por fim, quando trazemos as observações sobre cultura política às questões relevantes para a Quarta Revolução Industrial e ao mundo da informação espontânea, encontramos novamente uma reprodução dos resultados anteriores. Primeiramente, fica claro que há uma diferença no acesso ao mais essencial dos recursos tecnológicos, a internet, porque somente 50,1% dos alunos de escola pública estadual dizem ter a ela acesso frente a 73,5% do grupo de escola privada e a 97% de instituto federal. Ao passo em que as revoluções tecnológicas se aceleram e que a complexidade dos assuntos aumenta, este fato já indica que o futuro desses jovens desprivilegiados carrega um déficit de oportunidade. Se nem mesmo acesso à internet os jovens das classes marginalizadas possuem, como eles aprenderão a se inserir num contexto que é imperativo para a nova economia e, mais importante, para a nova forma de sociabilidade da cidadania?

Isso se reflete nos dados sobre ativismo político na internet. Da mesma forma, a alienação da tecnologia se reproduz em desigualdade política digital. Perguntados se já participaram de manifestações políticas marcadas pela internet, somente 9,4% dos alunos de escolas públicas estaduais responderam afirmativamente frente a 19,4 dos outros dois grupos. Também estão atrás em fazer campanha para candidato em redes sociais (14,6% de estadual versus 20,4% de privada e 29,9% de federal). Quanto à divulgação de notícias falsas (*fake news*), perguntados se já avisaram amigos ou familiares, novamente há um déficit entre os 56% dos desprivilegiados frente a 69,7% e a 71,6% das escolas mais exclusivas. Porém, o dado mais relevante é que somente 24,5% dos jovens de classe trabalhadora que estudam em escola pública estadual conferem se notícias de política são verdadeiras em fontes alternativas de notícia contra 41,9% de escola privada e 53,8% de escola técnica federal. Assim, como resultado de sua situação econômica desfavorável e de não possuírem uma política pública de educação adequada, jovens das classes trabalhadoras são menos assertivos em seu comportamento ao lidar com política no mundo digital. A democracia carrega, através das revoluções tecnológicas e produtivas, uma história de ausência de empoderamento social.

O que nossos dados demonstram é que existe uma reprodução de um sistema de desigualdade na forma como os jovens se inserem politicamente

no novo contexto. Há desigualdade de acesso à educação, desigualdade de orientação cultural em relação aos processos da política, desigualdade de acesso à tecnologia, que se interconectam na desigualdade de atividade política no mundo digital. As inovações tecnológicas das redes sociais, dos grandes bancos de dados, da inteligência artificial produzem novos contextos de socialização e ação política que são inevitáveis. As diferenças de socialização que dão forma à cultura política também incorporam processos de marginalização digital. Grupos privilegiados tendem a fazer campanhas, difundir ideias e utilizar recursos das mídias sociais, porque já estão ligados ao processo político *a priori*. Já os grupos marginalizados tendem a receber a influência das tecnologias de modo menos ativo e mais acrítico, porque não são conduzidos pedagogicamente ao aprendizado político. A herança de desintegração entre as massas e as instituições que dão forma à cultura política brasileira também carregará suas turbulências para a Quarta Revolução Industrial.

## 5. Conclusão

Nosso objetivo, neste artigo, foi examinar como disrupções tecnológicas produzidas pela QRI impactam os processos de construção democrática e a constituição de cultura política no Brasil. Partimos do contexto de emergência de novas tecnologias para demonstrar como a literatura explica a permanência da desigualdade política apesar das inovações econômicas. Demonstramos, com nossos dados, que as desigualdades culturais se reproduzem no espaço novo da internet e de suas ferramentas. Nesse contexto, observamos a continuidade de uma incongruência entre a cultura política e a democracia que se reproduz nos meios digitais.

Numa época em que a confiança e o desafeto dos cidadãos em relação ao governo crescem, a institucionalização de uma democracia participativa está longe de se materializar. Se as pessoas não constroem uma compreensão do valor de sua participação é porque políticas públicas não têm reverberado na melhor integração da qualidade de vida dos cidadãos (DONAGHY, 2018).

Uma das características da QRI se refere ao fato de que as sociedades têm se transformado em reféns do capital financeiro e das demandas de



lucro dos grupos com monopólios sobre as mídias digitais. As destruições criativas das revoluções tecnológicas não têm melhorado a situação de desigualdade social, mas aumentado a capacidade da elite econômica de impor sua vontade. A incompetência de ação das lideranças políticas frente à complexidade das mudanças mantém as instituições públicas incapazes de aproveitar as oportunidades das inovações em infraestrutura coletiva e bens coletivos. A concentração de poder tem gerado um mal-estar social permanente e uma hostilidade generalizada entre Estado e sociedade. Numa democracia emergente e híbrida que carrega uma história de violência contra a população marginalizada e que é agravada pela baixa qualidade da educação pública, o impacto da QRI no Brasil será demorado e exigirá reformas estruturais profundas para que a deliberação democrática ocorra de modo a beneficiar todos.

Adicionando às inferências sobre cultura política, o contexto de existência de uma economia de mercado desregulada, seres humanos e o meio ambiente se transformam em *commodities*. O desempoderamento de parcelas da população não nos assegura a capacidade de coibir a fatalidade crescente da destruição de uma integração estável da sociedade com o mundo à sua volta. Inovações tecnológicas sem projetos políticos coletivos não significam desenvolvimento social. A esse respeito, Polanyi (2001) argumenta que é errado, do ponto de vista moral, tratar a natureza e os seres humanos como objetos cujo preço será determinado inteiramente pelo mercado. Tal conceito viola os princípios que têm governado as sociedades por séculos: a natureza e os seres humanos têm sido sempre reconhecidos dentro de uma dimensão sagrada.

Logo, é impossível reconciliar essa dimensão de transcendência da solidariedade coletiva com a subordinação do trabalho e da natureza aos jogos de lucro do mercado. E embora as mudanças tecnológicas devam ser instrumento de bem-estar coletivo, elas continuam sendo fonte de contradição histórica.

## Referências

- ACHEN, C.; BARTELS, L. **Democracy for realists**. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- ALMOND, G. A; VERBA, S. **The Civic Culture**: Political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little Brown, 1965.
- BAQUERO, M. **Democracia Inercial**: Assimetrias entre economia e cultura política na América Latina. Porto Alegre: EDUFRGS, 2018.
- DAHL, R. A. **Polyarchy**: Participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 2008.
- DALTON, R.; WELZEL, C. **The civic culture transformed**: from allegiant to assertive citizens. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- DONAGHY, M. Reforming the Relationship between the State and Civil Society in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 2, p. 388-393, 2018.
- EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York: John Wiley and Sons, 1965.
- FINLEY, H. J. Jr. **Thucydides**. Cambridge; Massachussets: Harvard University Press, 1942.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GLEASON, N. W. **Higher education in the era of the fourth industrial revolution**. Singapore: Springer Nature, 2018.
- HABERMAS, J. Three normative models of democracy. In: HABERMAS, J. **Constitutionalism and Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2017. p. 277-286.
- HARGITTAL, E.; HSIEH, Y. P. Digital Inequality. In: DUTTON W. H. **Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 129-150.
- HIRSHMAN, A. **The rhetoric of reactions**: Perversity, Futility, Jeopardy. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- MANSBRIDGE, J. Recursive representation. In: MANSBRIDGE, J. **Creating political presence**. Chicago: University of Chicago Press, 2018. p. 298-338.

NUPESAL. **Democracia, valores políticos e capital social**. Banco de dados. Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa sobre América Latina, 2019.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. Oeiras: Editorial Presença, 2010.

PIAGET, J. **Genetic Epistemology**. New York: W. W. Norton and Company, 1971.

POLANYI, K. **The Great Transformation: the political and economic origins of our time**. Boston: Beacon Press, 2001.

PRENSKY, Marc. What can you learn from a cell phone? Almost anything! **Innovate** 1, 2005. Disponível em: <<http://www.innovateonline.info/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Routledge, 2010.

SKILTON, M.; HOVSEPIAN, F. **The 4th industrial revolution**. Cham: Springer Nature, 2018.

VYGOTSKY, L. **Mind in Society: the development of higher psychological processes**. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **10 things you – and your government – should know about competitiveness in the Fourth Industrial Revolution**. [s. l.]: World Economic Forum, 2018.

Recebido em 15/10/2021  
Aceito em 24/11/2021  
Versão final em 31/03/2022

## The impact of the Fourth Industrial Revolution on structuring a political culture among young people in Brazil

### Abstract

The 21st century brought the institutionalization of democratic societies as a right at the formal level, neglecting the most pressing social aspects for the majority of the population. In this sense, there is an asymmetry between the formal procedures of representative democracy which apparently work and a social situation that remains substantively stagnant. Such is the case in Brazil, where the economic and pedagogical bases for an assertive political culture that would make a socially integrated democracy viable have not yet been built. In a world entering the Fourth Industrial Revolution, a question arises: what kind of emerging political culture and what is the role of education in generating a permanent democratic mentality? Based on comparative survey data with young people from different types of schools in Porto Alegre/RS, we sought to observe the interaction between political culture and the use of spaces of the digital world. We argue that when technological advances are not accompanied by a change in the quality of public education, the result cannot be anything other than democratic turmoil derived from the maintenance of a hybrid political culture. If the State does not act, underprivileged young people remain trapped to the situation of their historical trajectory. In the Brazilian context of the fourth IR, inequality penetrates the digital world.

**Keywords:** Political culture. Democracy. Education. Technology. Internet.